

# JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

*Volume 2, Número 2, Outubro de 2013*

## **Dossiê América Latina**

### **A Ascensão do Populismo Rentista**

*Sebastián L. Mazzuca*

### **Chavismo após Chávez?**

*Miriam Kornblith*

### **Populismo Tecnocrático no Equador**

*Carlos de la Torre*

---

## **Dossiê Rússia**

### **A Longa Luta pela Liberdade**

*Leon Aron*

### **Tornando Ilegal a Oposição**

*Miriam Lansky e Elspeth Suthers*

**CONSELHO EDITORIAL**

*Bernardo Sorj*

*Sergio Fausto*

*Diego Abente Brun*

*Mirian Kornblith*

**CONSELHO ACESSOR**

*Fernando Henrique Cardoso*

*Antonio Mitre*

*Larry Diamond*

*Marc F. Plattner*

*Simon Schwartzman*

**TRADUÇÃO**

*Fabio Storino*

**REVISÃO TÉCNICA**

*Sergio Fausto (coord.)*

*Isadora Carvalho*

## Apresentação

Este número do *Journal of Democracy em Português* traz dois conjuntos de artigos. Ambos se referem a regimes políticos que conservam aspectos formais da democracia, como a eleição direta das principais autoridades políticas, mas apresentam traços autoritários.

O primeiro conjunto de artigos diz respeito a regimes políticos que, com essas características, surgiram e se firmaram na América Latina, especialmente na América do Sul, ao longo da última década. Os casos mais notórios são conhecidos (Venezuela, Bolívia e Equador), mas há outros (Argentina) com certas características semelhantes àqueles.

Os artigos que compõem o segundo conjunto são relativos à Rússia, ainda um ator decisivo no sistema internacional, que se aprofunda no caminho do autoritarismo, após treze anos de domínio de Vladimir Putin.

O “dossiê América Latina” começa com um artigo do cientista político argentino Sebastián Mazzuca, que procura distinguir os governos de esquerda ditos “radicais” dos governos da esquerda moderada, inspirando-se na obra de seu compatriota Guillermo O’Donnell, reconhecido mundialmente pela contribuição à ciência política. O autor caracteriza os governos da esquerda latino-americana dita “radical” a partir de três tentações (expropriatórias, populistas e absolutistas). Seu objetivo é entender as condições que permitem a realização dessas tentações e a formação de um determinado tipo de regime político.

O artigo de Mazzuca antecipa questões que, de modo mais específico, aparecem nos dois artigos subsequentes: um de Mirian Kornblith, sobre o chavismo sem Chávez na Venezuela; e outro, de Carlos de la Torre, sobre o “populismo tecnocrático” de Rafael Correa, no Equador. Cientista política, Kornblith foi vice-presidente do tribunal eleitoral da Venezuela entre 1998 e 1999.

Da leitura desses dois artigos, sobressaem as diferenças entre duas variantes dos governos ditos “bolivarianos”. O diagnóstico apresentado sobre o governo de Rafael Correa revela um populismo hiperpresidencialista de tipo tecnocrático, distinto do populismo também hiperpresidencialista, mas mobilizador, característico do chavismo. Em contraste com o falecido presidente da Venezuela, o mandatário equatoriano, embora um líder carismático como Chávez, não busca mobilizar ativamente setores da sociedade em apoio a seu governo, a não ser em períodos eleitores. Ao contrário, Correa se coloca como uma liderança acima da sociedade e não poupa esforços em mantê-la em estado de acuada passividade. Não se trata de um governo de militantes, mas de um governo de tecnocratas comandados por uma liderança civil que reúne, ele sim, a vontade e o conhecimento para servir aos “interesses do povo”. Além da caracterização do regime político, tanto Kornblith como De la Torre estão interessados em avaliar os desafios à sua continuidade ante a questão sucessória. Na Venezuela, com a morte de Chávez, essa questão já está posta. Kornblith constrói quatro cenários possíveis para o drama venezuelano, desde a ditadura aberta até a transição pacífica para uma democracia. No Equador, Correa tem mandato até 2017 e diz que não postulará novamente a presidência. Dá apoio, no entanto, a uma emenda constitucional que, se aprovada, permitirá a reeleição indefinida de todos os mandatários do país. De la Torre observa que o estilo tecnocrático e desmobilizador de Correa cria um risco para a continuidade do regime na ausência política de seu líder.

Em seus artigos sobre a Rússia, Leon Aron, de um lado, e Miriam Lansky e Elspeth Suthers, de outro, põem em foco os movimentos por direitos civis e políticos que tomaram as ruas de Moscou e São Petersburgo e, em menor escala, de uma centena de outras cidades russas entre os meses finais de 2011 e os meses iniciais de 2012. Além de informação sobre a composição social e as motivações políticas desses movimentos, os artigos analisam as respostas do governo de Vladimir

Putin à onda de protestos e os desafios que se colocam para a oposição russa frente ao refluxo dos protestos e o caráter cada vez mais autocrático do regime de Putin. A avaliação comum é de que, embora aparentemente submersos no momento, os movimentos de contestação ao regime de Putin abriram fissuras difíceis de ser reparadas pelo governo, inclusive dentro do bloco de forças dominante. Lansky e Suthers argumentam, por exemplo, que a demissão seletiva de alguns políticos e funcionários poderosos, acusados de corrupção, intranquilizam a elite que viceja sob a proteção do Kremlin. Resta, porém, o imenso desafio de dar expressão mais organizada a uma oposição política e a uma oposição social fragmentadas, frente a um Estado que reconstruiu sua capacidade de coerção e seu domínio sobre os recursos de poder político e econômico.

Desnecessário dizer que as opiniões expressas nos artigos refletem exclusivamente o ponto de vista de seus autores.

**Bernardo Sorj e Sergio Fausto**

*Diretores de Plataforma Democrática*



## Dossiê Rússia

# TORNANDO ILEGAL A OPOSIÇÃO\*

*Miriam Lanskoy e Elspeth Suthers*

*Miriam Lanskoy é diretora dos programas da Rússia e Eurásia do National Endowment for Democracy (NED), e autora, com Ilyas Akhmadov, de The Chechen Struggle: Independence Won and Lost [A luta chechena: Independência conquistada e perdida] (2010). Elspeth Suthers é coordenadora do programa para a Rússia do NED.*

O movimento de protestos russo ocorrido em 2011-2012, que contestou o resultado das eleições para a Duma Federal de dezembro de 2011 e pediu transparência, *accountability* e reforma democrática, representou o primeiro verdadeiro desafio do presidente Vladimir Putin e do sistema político estabelecido por ele na Rússia. À medida que centenas de milhares de moscovitas repetidamente inundavam as ruas em protesto, entre dezembro de 2011 e maio de 2012, e comícios menores aconteciam em dezenas de outras cidades menores, tornava-se claro que Putin e seu partido Rússia Unida estavam perdendo popularidade — particularmente entre os segmentos mais urbanos, afluentes e influentes da população. Pesquisas de opinião corroboravam: de acordo com inúmeras delas, aqueles com visões oposicionistas agora chegam a 30% da população do país, e 51% dos russos entrevistados em abril de 2013 concordaram com a afirmação de que o Rússia Unida é o “partido de ladrões e bandidos”.<sup>1</sup> O perfil demográfico dessa minoria

\*Publicado originalmente como “Outlawing the Opposition”, *Journal of Democracy*, Volume 24, Número 3, Julho de 2013 © 2013 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

oposicionista — jovens, ativos, com um bom padrão de vida e um alto nível de instrução — sugere que ela continuará buscando participação na política.

Nos anos que antecederam a emergência desse movimento de contestação, clubes de debate de jovens e organizações de artistas estavam sendo organizados, e uma miríade de grupos cívicos estava sendo formada para tratar de questões como socorro a desastres, transparência e corrupção, conservação ambiental e direitos do consumidor e do inquilino. Assim, mesmo antes de as eleições de 2011 terem se tornado um ponto focal para os protestos, o ativismo social *ad hoc* já estava em ascensão, incluindo protestos de motoristas contra a direção imprudente de membros do governo russo, esforços independentes para apagar incêndios florestais no verão de 2010, e o Anti-Seliger (um festival de 3 dias realizado em junho de 2011, organizado por uma gama de grupos sociais, artísticos e ambientalistas). Essas atividades foram um presságio do movimento de 2011-2012, que incluiu uma gama de esforços de base com grande potencial para revigorar tanto a comunidade de ONGs como partidos políticos da oposição.

O movimento abrangeu muitos tipos de atividade, incluindo o monitoramento de votos e protesto político (comícios, marchas e piquetes), que assumiram novas e interessantes formas (slogans criativos, o uso de fita branca na roupa, um acampamento em uma praça urbana, leituras de poesia e passeatas organizadas). Os participantes inventaram maneiras criativas de protesto, descobriram como levantar os fundos necessários e como persuadir outros para apoiar ou se juntar a eles. Essas lições de organização aumentaram a autoconfiança dos ativistas. De acordo com um participante, “a consciência de uma pessoa é completamente alterada: ele percebe que consegue agir por conta própria. [...] Esse senso de empoderamento produz inúmeros efeitos em cascata”.<sup>2</sup> (Mais sobre o caráter do movimento no ensaio de Leon Aron desta edição.)

Entre 20 e 30 mil pessoas monitoraram a votação para a Duma em 2011. A maioria não estava trabalhando com a GOLOS, uma organi-

zação consagrada de monitoramento de eleições; em vez disso, eram parte de iniciativas *ad hoc*, como o Citizen Observer and League of Voters [Observatório Cidadão e Liga de Eleitores] ou ativistas cívicos individuais que observaram fraudes em seções eleitorais, filmaram os incidentes e postaram o vídeo no YouTube. As eleições locais de outubro de 2012 — nas quais a oposição foi praticamente impedida de participar — deixou claro que o Kremlin não compartilharia poder em nenhum grau com a oposição, mesmo no legislativo de cidades pequenas, obscuras e remotas. Portanto, não há virtualmente representação da oposição em nenhum nível de governo, e poucas pessoas abrigam qualquer esperança de que isso possa mudar no curto prazo.

Enquanto isso, o Kremlin se depara com um dilema existencial. O semiautoritarismo que caracterizou a Rússia nas últimas duas décadas proporcionou suficiente liberdade individual, estabilidade material e acesso ao mundo externo para permitir a emergência de novos movimentos sociais. Esses movimentos agora demandam transparência, *accountability* e participação política. Apesar de os cidadãos russos comuns terem desfrutado de um grau razoável de liberdade individual, um pequeno círculo de pessoas detém um quase monopólio na política. As demonstrações que começaram no fim de 2011 deixaram claro que essa fórmula não é mais sustentável. Se quiser manter sua dominação sobre os cargos políticos em todos os níveis, o regime de Putin agora precisará limitar a liberdade da sociedade como um todo. Não está claro se isso pode ser atingido sem minar o apelo popular do regime e seu apoio entre a elite. Como Fiona Hill e Clifford Gaddy concluíram, “ao se recusar completamente a dialogar com os manifestantes, Putin, na prática, anunciou: eu não permitirei a mudança gradual desse regime ... Trata-se do argumento clássico de todo aspirante a autocrata em qualquer período da história, à medida que tenta evitar seu inevitável fim: sou eu ou o abismo, não há mais ninguém. Putin está medindo forças com a Rússia”.<sup>3</sup>

Calar completamente toda a oposição exigiu que o regime promovesse uma guinada em direção ao autoritarismo, corporificado em várias leis recentes. No entanto, ainda não se sabe se a sociedade aceitará essas leis, e se o governo irá garantir seu cumprimento, na medida em que o custo político de impor as novas medidas pode ser alto demais para um governo cuja base de poder já está mostrando sinais de desgaste. Se vistas em seu conjunto e cumpridas à risca, essas leis reduziriam liberdades fundamentais para todos os russos. Por exemplo, a imposição de penas pesadas para violações da *propiska* — uma autorização para a fixação de residência, sem a qual as pessoas não podem se mudar para uma nova cidade ou alugar sua propriedade para outros — afeta todos, e simboliza uma volta ao estilo soviético de controle sobre a vida privada. Sob essa lei, a polícia local pode realizar averiguações de surpresa para determinar se as pessoas residindo em um apartamento específico estão cadastradas lá.

Os protestos em massa cessaram por enquanto, e as próximas eleições nacionais ocorrerão dentro de quatro anos. Ainda assim, o governo criou uma complexa trama de leis amplas e ambíguas para manter pressão constante sobre possíveis “perturbadores da ordem”. Essas leis cobrem tantas coisas que podem, em essência, ser usadas contra qualquer um a qualquer tempo. O simples fato de haver tais leis pode dissuadir pessoas comuns de participar de ativismo cívico. Parecia, inicialmente, que isso era tudo o que se pretendia — que essas medidas teriam alvos específicos, sem planos para seu uso de maneira mais ampla. A recente avalanche de investigações, entretanto, mostra que o governo está perseguindo qualquer tipo de atividade independente. Grupos bem estabelecidos podem — sob grande risco pessoal — continuar a trabalhar. Mas essas leis e as penas severas por violá-las criaram um ambiente inóspito para a maioria dos novos grupos. O que parece estar se desenrolando é um esforço para afastar potenciais adversários de qualquer origem, proscrevendo gradualmente um conjunto de liberdades para toda a sociedade.

No início dos protestos, em dezembro de 2011, Andrei Illarionov, um analista russo e antigo conselheiro econômico de Putin, previu que o governo encenaria algum tipo de provocação, acusando líderes da oposição de crimes graves e criando um pretexto para uma repressão generalizada. Ao mesmo tempo, notou que clivagens emergiram de dentro da elite, e que o círculo de pessoas fiéis a Putin estava se estreitando. Portanto, Illarionov sugeriu que o movimento social russo — como o movimento anticomunista da Polônia, que foi forçado a submergir na clandestinidade por vários anos, sob lei marcial — poderia eventualmente reemergir para liderar o país durante uma pacífica transição democrática.<sup>4</sup> O aumento da repressão desde o retorno de Putin à presidência, em maio de 2012, tem sido mais sutil que uma lei marcial, mas, ainda assim, implacável. Além da perseguição dirigida à oposição e a jovens ativistas, o regime começou gradualmente a impor novas normas restritivas. Até então, a oposição política, participantes de protestos e ONGs foram os que mais sofreram, mas a implementação em larga escala das novas leis e restrições pode, em última análise, ter implicações vastas e imprevisíveis para todo o país.

## Leis Repressivas

Após o pequeno aumento de protestos públicos, o governo russo passou uma série de leis com o objetivo de cercar a participação na vida pública e de estigmatizar o núcleo do movimento por reformas liberais como “espiões anti-Rússia” e “agentes estrangeiros”, cuja mensagem seria contrária aos valores russos “tradicionais”. A maioria dessas leis são ambíguas, e sujeitas a ampla interpretação; além do mais, elas desprezam não apenas normas internacionais, mas também a própria Constituição da Rússia. Até o momento, algumas dessas leis ainda não foram rigorosamente implementadas. Em vez disso, seu poder reside principalmente na capacidade de intimidar e distrair os críticos do governo.

As novas leis têm três objetivos: cercar a expressão pública em nome da supressão do extremismo; restringir a sociedade civil e es-

tigmatizar o ativismo cívico como antirrusso e financiado por estrangeiros; e proteger os ditos valores russos. Na primeira categoria estão novos limites à liberdade de expressão online e restrições à liberdade de reunião. O segundo grupo inclui a lei que proíbe cidadãos norte-americanos de adotar crianças russas (conhecida como Lei Dima Yakovlev), bem como a expansão das cláusulas da lei sobre traição. E o último grupo inclui leis contra “propaganda” LGBT e contra “ofender os sentimentos de pessoas com crenças religiosas”, bem como outros esforços mais amorfos de codificar “valores russos” em lei (a reintrodução de ensino religioso obrigatório em escolas públicas, por exemplo). Essas parecem fazer parte de uma campanha mais ampla de apelar a elementos conservadores e xenofóbicos da sociedade. O governo, ao mesmo tempo em que se coloca como um defensor dos valores tradicionais russos, apresenta a oposição como uma força corrompida e estranha à essa tradição. Em outras palavras, essas leis são feitas para prescrever um conjunto de valores, e punir qualquer um que se desvie da norma prescrita. Fazem parte de uma campanha cultural mais ampla, que apresenta o Ocidente como uma influência negativa na sociedade russa.

Logo após Putin retornar ao cargo, em 7 de maio de 2012, o governo aprovou três leis limitando a liberdade de reunião e de expressão. A primeira impõe multas onerosas, de até R\$ 20 mil [300 mil rublos], para indivíduos que participarem de comícios não autorizados, e de até R\$ 70 mil [1 milhão de rublos] para organizações que planejam tais comícios. Também torna os organizadores do evento responsáveis pela conduta de qualquer um que participe de um comício — mesmo participantes não convidados ou sem afiliação com os organizadores —, e cobra multa se um comício autorizado tiver um comparecimento maior do que o previsto. A lei também proíbe a emissão de novas autorizações para qualquer um que houver organizado anteriormente um evento que tenha terminado em tumulto. Em fevereiro de 2013, o Tribunal Constitucional da Rússia julgou que essa lei era parcial-

mente inconstitucional. Embora não fizesse objeção à substância da lei, considerou que as penalidades, particularmente as pesadas multas mínimas (ou mesmo o trabalho forçado, se o infrator não puder pagar), eram inconstitucionais. A corte também julgou que os organizadores do evento não deveriam ser responsabilizados por danos à propriedade privada. Entretanto, deixou a pena máxima intacta.<sup>5</sup> Até o presente momento, essa lei foi executada apenas esporadicamente. O governo continua a prender e multar ativistas periodicamente, e a negar autorizações para seus eventos.

A segunda lei permite ao governo barrar websites que contenham material extremista, pornografia infantil ou material promovendo o uso de drogas ou o suicídio. A lei diz que o governo precisa notificar os provedores de Internet que um site foi colocado na lista negra, e o provedor precisa, então, notificar o proprietário do website, que tem 24 horas para remover o conteúdo, ou então o site inteiro é bloqueado.<sup>6</sup> As autoridades já fecharam vários websites, incluindo enciclopédias online como Lurkmore.to e Wikipédia, o Blogger do Google, e partes do YouTube (em particular, 6 vídeos da banda de punk-rock Pussy Riot). O YouTube atualmente contesta a lei na justiça russa, alegando que a definição de “material extremista” é excessivamente ampla, e a Wikipédia também tem processos judiciais pendentes. Em 19 de março de 2013, pouco tempo depois do YouTube ter entrado com a ação, o presidente da comissão de política da informação, tecnologia da informação e comunicações da Duma disse que a “era da liberdade absoluta da Internet” havia acabado. Ele alegou que, no passado, quando havia poucos usuários de Internet na Rússia, a atividade online tinha pouca influência sobre a economia ou a política, mas que isso mudou com a explosão no número de usuários de Internet do país. Assim, as autoridades teriam que “lidar com isso”.<sup>7</sup>

A terceira lei criminalizou novamente a difamação, que havia sido descriminalizada por um breve período sob o governo de Dmitri Medvedev, o antigo premiê de Putin que o sucedeu por um mandato (2008-2012),

até que Putin retornasse à presidência. Mikhail Anshakov, presidente da Sociedade de Defesa dos Direitos do Consumidor, foi a primeira pessoa a ser denunciada por essa lei, acusado de calúnia contra Vasili Poddevalin, chefe do Fundo da Catedral de Cristo Salvador, por referir-se à igreja como um “centro de negócios” e apontar que o complexo da igreja abrigava escritórios, um lava-rápido e uma lavanderia. Se condenado, Anshakov poderá receber multa de até quase R\$ 700 mil [9 milhões de rublos] e 240 horas de serviço comunitário.<sup>8</sup> Posteriormente, os promotores moveram processos por difamação contra pelo menos quatro jornalistas, e advogados do presidente checheno Ramzan Kadyrov sinalizaram sua intenção de usar essa lei como a base para a reabertura do caso contra o proeminente ativista dos direitos humanos Oleg Orlov.

Além de limitar a expressão pública, as novas leis também visavam intimidar e marginalizar a sociedade civil. Em 20 de julho de 2012, a Duma aprovou modificações à lei russa sobre ONGs. O código agora exige que todas as organizações sem fins lucrativos envolvidas em “atividades políticas” sejam registradas como “agentes estrangeiros” e submetidas a auditorias externas. As mudanças entraram em vigor em 21 de novembro e, notavelmente, incluíam exceções para organizações religiosas e culturais, entre outras.<sup>9</sup> Em 12 de novembro de 2012, Putin sancionou uma legislação que expande a definição de traição para incluir qualquer assistência dada a um governo estrangeiro ou a uma organização estrangeira ou internacional que seja considerada uma ameaça aos interesses de segurança da Rússia. A lei inclui penas de até R\$ 35 mil [500 mil rublos] em multas e 20 anos de prisão. Autoridades argumentaram que essa emenda à legislação anterior sobre a matéria não se destina a ampliar a definição de traição, mas a tornar a lei original mais precisa. Da maneira que se encontra hoje, entretanto, pode ser interpretada de modo a denunciar por traição virtualmente qualquer um que tenha contato com pessoas ou organizações estrangeiras. Até a presente data, ninguém foi denunciado sob a nova versão

da lei.<sup>10</sup> A Lei Dima Yakovlev foi aprovada no mês seguinte, em resposta à aprovação pelo congresso norte-americano da Lei Magnitski, que proíbe a entrada nos Estados Unidos de oficiais russos que cometeram violações dos direitos humanos. Entre as cláusulas da Lei Dima Yakovlev (ou Lei Anti-Magnitski), que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2013, está o encerramento das atividades de qualquer ONG russa que se envolva em atividade política e receba financiamento dos Estados Unidos.

Inicialmente, havia sinais de que essas leis pudessem permanecer puramente simbólicas, ou serem usadas apenas contra algumas poucas organizações ou indivíduos selecionados. Em janeiro de 2013, o ministro da Justiça Aleksandr Konovalov afirmou que seu ministério não investigaria as finanças de organizações, e proibiu as unidades regionais do ministério de classificar organizações como “agentes estrangeiros” sem a aprovação de seu gabinete em Moscou.<sup>11</sup> Ele também assegurou que o processo de esclarecimento dos procedimentos para a aplicação da lei poderia levar até dois anos, e apontou que haveria um processo de apelação. Em 25 de fevereiro, o ministro da Justiça se recusou a aplicar o rótulo de agente estrangeiro à GOLOS e ao Levada-Center (um dos poucos institutos de pesquisa independentes da Rússia), dizendo que aguardaria até que os procedimentos formais pudessem ser adequadamente elaborados. Entretanto, o próprio Putin, em 14 de fevereiro de 2013, em discurso à liderança do Serviço Federal de Segurança da Federação Russa (FSB), declarou que as leis sobre ONGs “precisam ser cumpridas”. Colocando suas observações sobre a sociedade civil no contexto do combate ao terrorismo e ao extremismo, disse aos funcionários que “qualquer interferência direta ou indireta em nossos assuntos internos, qualquer forma de pressão sobre a Rússia, sobre nossos parceiros e aliados, é inadmissível”.<sup>12</sup> Logo depois, o Ministério Público começou a investigar centenas, se não milhares, de ONGs russas e internacionais, em um movimento visto em grande medida como o primeiro passo na direção de exigir que essas ONGs se declarem agentes estrangeiros.

De maneira completamente indiscriminada, essa varredura lança mão de vários recursos para incluir organizações sociais e religiosas. Essas incursões intrusivas, sem qualquer base legal, fizeram parte da campanha do governo para intimidar a sociedade civil e para associar junto à imaginação popular o conceito de organizações sem fins lucrativos independentes a uma influência estrangeira nefasta. Dezenas de ONGs receberam visitas não programadas de fiscais de renda, de incêndio e trabalhistas, bem como do Ministério da Justiça, do Ministério Público e do FSB. A organização ambientalista Bellona foi a primeira a ser multada, recebendo uma intimação por violações do código de incêndio.

Em abril de 2013, o Ministério da Justiça declarou que a GOLOS havia deixado de se registrar como um agente estrangeiro. Em 2012, essa entidade conquistou o Andrei Sakharov Freedom Award [Prêmio da Liberdade Andrei Sakharov] da Comissão Helsinque da Noruega, que inclui um pequeno prêmio em dinheiro. De acordo com os tribunais, o dinheiro constituía “financiamento estrangeiro”, ainda que a GOLOS tenha devolvido o dinheiro antes que chegasse à conta bancária da organização. Além disso, o relato sobre os prisioneiros políticos pelo Centro de Direitos Humanos do “Memorial” foi considerado uma atividade política, e a Comissão das Mães de Soldados em Kostroma foi multada porque seus membros, agindo como cidadãos privados, monitoraram a eleição de dezembro de 2011 (que aconteceu antes da aprovação da lei). O Levada-Center, a Agora (uma organização de defesa jurídica) e, talvez mais estranho de todos, a Homeland of the Crane (uma reserva natural no extremo leste da Rússia) foram todos instruídos a se registrar como agentes estrangeiros.<sup>13</sup> Logo no início dessa campanha, a lei está sendo aplicada de uma maneira que viola os padrões constitucionais e internacionais.

Consideradas em seu conjunto, essas leis provocam um efeito desanimador na sociedade russa. Não apenas elas restringem os mecanismos (a Internet, comícios públicos e ONGs) pelos quais a socieda-

de civil e outros ativistas podem consolidar e divulgar suas ideias, mas também ligam explicitamente esses grupos e suas missões ao extremismo, à traição, e a valores “antirrussos”. Mesmo assim, a sociedade civil russa continua a se desenvolver, e suas mensagens continuam a ganhar impulso.

## Consequências para a Sociedade Civil

Após as eleições, o caso mais escandaloso de repressão vem de tumultos em um comício autorizado acontecido na praça Bolotnaya em Moscou, em 6 de maio de 2012, às vésperas da posse de Putin. Hoje é conhecida, pelo duplo sentido “Bolotnoye Delo” que, em russo, significa Caso do Pântano. Até o momento, 27 pessoas foram denunciadas nesse caso, número que deve continuar a crescer. Alguns foram mantidos sob prisão preventiva por um ano, por terem supostamente participado de uma “agitação em massa” e atacado a polícia; três líderes da oposição estão sob prisão domiciliar; e vários outros buscaram exílio na Europa. Duas pessoas já foram condenadas à prisão com base meramente em suas confissões e em testemunho policial. Igualmente preocupantes são os fatos de que a violência no comício foi provocada pela polícia, nunca tendo escalado de fato para agitação em massa, e que a única transgressão cometida pelas várias pessoas denunciadas foi a de participar do comício (no pior exemplo, Aleksander Kamenski foi preso em uma praça diferente, antes mesmo de o comício ter começado).

Em outubro de 2012, o canal de televisão estatal NTV levou ao ar o filme-propaganda *Anatomiya protesta-2* [Anatomia de um protesto-2], que mostra os ativistas de oposição conspirando com um parlamentar da Geórgia para organizar protestos em massa na Rússia. Com base neste filme, três ativistas políticos — Sergei Udaltsov, Konstantin Lebedev e Leonid Razvozhayev — foram indiciados por organizar agitação em massa. Em dezembro de 2012, os promotores combinaram o caso derivado do filme com a investigação do Bolotnoye Delo,

caracterizando um esforço do Estado para montar a narrativa de um plano para patrocinar agitações na Rússia.<sup>14</sup> O Bolotnoye Delo lembra o passado sombrio soviético, quando falsas acusações de conluio com estrangeiros, confissões à força e pseudo-julgamentos podiam impor sentenças de prisão a dezenas de milhares de pessoas que tinham pouca ou nenhuma relação com as acusações originais. Selecionaram-se jovens que se envolviam em protestos, transformando-os em exemplos a não serem seguidos para aqueles que estavam considerando participar de protestos futuros. Além de ir atrás de manifestantes comuns, o governo russo também reabriu um caso arquivado contra o blogueiro e líder opositor Alexei Navalni, alegando que ele havia desviado dinheiro de uma empresa estatal madeireira quando trabalhava como conselheiro não remunerado para o governador do *oblast* de Kirov, ainda que os promotores locais houvessem retirado as acusações contra ele no começo de 2012, por insuficiência de provas.<sup>15</sup>

Os primeiros alvos da repressão, entretanto, foram os novos ativistas cívicos que, até então, haviam estado ativos apenas durante os momentos nos quais a agitação popular havia sido mais intensa. Diferentemente de ONGs estabelecidas e de partidos políticos, esses novos quadros estavam apenas começando a conhecer a repressão. Muitos dos jovens organizadores de comícios e protestos artísticos fugiram do país devido a ameaças de prisão e de assédio. Contudo, as perspectivas de longo prazo para aqueles que permanecem na Rússia podem ser promissoras. Nenhum desses novos grupos depende de financiamento estrangeiro. Eles se estruturam principalmente com base em operações voluntárias com baixo *overhead*, o que os torna difíceis de serem fechados. Ao mesmo tempo, a nova legislação tornou mais difícil para esses grupos informais emergentes buscar apoio e institucionalizarem-se, assim como dificultou sua própria expansão.

Embora as ONGs estabelecidas não tivessem nada a ver com a organização dos protestos após as eleições, elas se tornaram um bode expiatório conveniente, porque podiam ser ligadas ao financiamen-

to estrangeiro. O maior golpe de curto prazo que elas sofreram foi quando a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) foi forçada a fechar seus escritórios na Rússia em setembro de 2012. Desde então, outros doadores, mesmo privados, se tornaram cada vez mais relutantes em financiar trabalhos cada vez mais arriscados. Como resultado da perda de financiamento, as ONGs russas tiveram que cortar equipe e reduzir a abrangência de suas ações. Além disso, auditorias súbitas e demandas por documentação colocam um enorme fardo sobre as equipes, e reduzem a produtividade geral do setor.

Ainda assim, essas organizações seguem determinadas a resistir à lei dos agentes estrangeiros; nenhuma se registrou voluntariamente. Elas não consideram suas atividades políticas ou extremistas, e estão dispostas a ir à Justiça e a emitir apelos domésticos e internacionais para defender sua posição. Onze das principais organizações de direitos humanos da Rússia já protocolaram ações junto à Corte Europeia de Direitos Humanos, argumentando que a lei viola as liberdades de associação e de expressão sob a Convenção Europeia de Direitos Humanos.<sup>16</sup> Em sua recente resolução “Protecting human rights defenders” [Protegendo os defensores dos direitos humanos], o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas convocou os países a alinhar sua legislação sobre a governança dos direitos humanos às normas internacionais, afirmando especificamente que “nenhuma lei deve criminalizar ou tirar a legitimidade de atividades em defesa dos direitos humanos em virtude da origem geográfica de seu financiamento”.<sup>17</sup>

No final, algumas das ONGs veteranas podem, se assim forem compelidas por um tribunal russo, registrar-se como agentes estrangeiros e continuar recebendo financiamento internacional. Outras encontrarão fontes domésticas de apoio para suas atividades. Significativamente, os principais grupos de direitos humanos, que passaram pelas duas guerras na Chechênia, viram colegas serem assassinados, e foram, eles mesmos, intimidados, assediados, ameaçados, espancados, humilha-

dos e condenados ao ostracismo, ainda assim veem a atual repressão às ONGs como algo sem precedentes na Rússia pós-soviética. Nos últimos meses, o regime intensificou a perseguição, ameaçando familiares de ativistas dos direitos humanos. Por exemplo, a pesquisadora da Human Rights Watch, Tanya Lokshina recebeu, grávida, ameaças contra seu bebê ainda não nascido. De maneira similar, a casa de Stas Dmitrievski, um ativista de direitos humanos em Níjni Novgorod, foi atacada, e sua família ameaçada, enquanto ele participava de um seminário na Europa.

### **Um Benefício para a Unidade da Oposição?**

Para os partidos de oposição, o quadro é misto. Eles também se deparam com profunda repressão e assédio, mas a experiência de união e coordenação durante o movimento de contestação trouxe benefícios significativos. Ao trabalhar com uma ampla gama de ativistas cívicos e outros partidos políticos, aprenderam a ser mais sensíveis ao movimento como um todo. Um conselho de coordenação da oposição foi eleito em outubro de 2012, por meio de uma votação online e transparente. Esse órgão busca unir partidos políticos liberais, nacionalistas e de esquerda aos ativistas cívicos que participaram dos protestos, e capturar o espírito de *accountability* e de cooperação.

Até então, a única concessão substancial que os partidos de oposição obtiveram do governo é o direito de registro, que os permite disputar eleições. Depois que a Corte Europeia de Direitos Humanos condenou, em maio de 2012, a repetida recusa de registro do Partido Liberal, o governo russo registrou aquele partido e vários outros. Os partidos de oposição agora percebem a importância de trabalhar em regiões para além de Moscou, e se tornaram mais comprometidos com a disputa de eleições locais e municipais. A mais importante delas será a para a câmara municipal de Moscou em 2014, pleito no qual a oposição pode avançar, ainda que modestamente. O que ainda falta, entretanto, é uma estratégia para atingir representação política para o

eleitorado de oposição, se o Kremlin permanecer determinado a impedir a vitória da oposição nas urnas.

## **Insegurança entre a Elite Política**

Apesar de sua aparente força, o sistema político russo é, na verdade, bastante rígido, e falta a ele a adaptabilidade para responder a pressões externas sem se arriscar a prejudicar sua própria integridade estrutural. Já há sinais de que a crescente demanda por transparência e *accountability* tenha forçado o governo russo a fazer algumas concessões ao movimento de contestação, levando a uma insegurança entre a elite. Putin, que sempre se apoiou em um misto de coerção e apelo populista, esforça-se para suprimir todos os dissidentes, ao mesmo tempo em que tenta conquistar apoio popular explorando sentimentos nacionalistas e fingindo enfrentar a corrupção.

Vários escândalos de corrupção emergiram recentemente e expuseram tensões dentro da elite, e mesmo esforços simbólicos anticorrupção pelo regime podem ampliar ainda mais as divisões. Até aqui, o ministro da Defesa, o vice-presidente do comitê olímpico, três deputados da Duma Estadual e um senador foram forçados a se exonerar por causa de escândalos de corrupção. O primeiro a cair foi o amigo próximo de Putin, de São Petersburgo, o ministro da Defesa, Anatoli Serdyukov, casado com a filha do presidente da Gazprom, Victor Zubkov, também um aliado próximo de Putin. Depois que Serdyukov se recusou a abrir mão de sua amante, foi levada a cabo uma investigação de corrupção, amplamente divulgada pela imprensa, que culminou com sua exoneração. Que tal conflito tenha surgido entre os líderes dos dois pilares do regime — o Ministério da Defesa e a Gazprom — e se tornado um constrangimento público para o governo, é sinal de que o círculo interno de Putin pode estar desmoronando.

Outro sinal do desgaste da elite apareceu em março de 2013, quando um *think tank* aliado ao oligarca ferroviário Vladimir Yakunin pu-

blicou um relatório sobre fraude eleitoral nas eleições de 2011 para a Duma Estadual. O relatório sugeria que o primeiro colocado havia sido na verdade o Partido Comunista, e não o Rússia Unida. Yakunin é considerado um amigo íntimo de Putin, e as ferrovias que comanda são a maior fonte de empregos da Rússia. Ainda assim, o próprio Yakunin presidiu a apresentação do relatório, alimentando especulação de que o Kremlin estava considerando convocar novas eleições, para distanciar Putin dos abusos associados com o Rússia Unida.<sup>18</sup>

Além de suas restrições às ONGs, a Lei Dima Yakovlev também inclui a conhecida proibição das adoções de crianças russas por famílias norte-americanas. A proibição de adoção é amplamente impopular; de acordo com uma pesquisa do Levada-Center, apenas um quarto dos russos é a favor de proibir adoções aos Estados Unidos.<sup>19</sup> A pesquisa indica que, embora os russos não simpatizem com a ideia de adoção por estrangeiros, isso se deve mais a orgulho do que a desconfiança. Eles sentem que a alta incidência de crianças abandonadas em seu país deriva de problemas sociais profundos e crises morais, e prefeririam ver os órfãos adotados na Rússia. Entretanto, eles não são persuadidos pela propaganda oficial, que afirma que os norte-americanos são movidos por objetivos nefastos, e que eles fazem mal às crianças adotadas. Na verdade, a maioria dos russos acredita que norte-americanos sejam motivados por compaixão pelas crianças, e por um desejo de prover a elas melhores cuidados médicos. A pesquisa sugere que Putin e sua equipe podem estar superestimando o componente chauvinista do nacionalismo russo e o grau no qual os Estados Unidos podem ser utilizados como um bode expiatório crível para os males da sociedade russa.

Se a Lei Dima Yakovlev foi concebida para ser um apelo ao orgulho russo, a recente rodada de reformas anticorrupção pode ser uma tentativa de cooptar o aspecto mais popular da plataforma oposicionista. Por exemplo, uma nova e popular lei proíbe burocratas de possuir ativos em bancos estrangeiros, e exigem que eles declarem seu patri-

mônio no exterior. A lei anticorrupção, em sua forma final, é bastante débil. Ela não prevê punição criminal, nem requer que funcionários declarem seu patrimônio doméstico. Tais esforços, entretanto, representam uma dupla ameaça, a de alienar o apoio da elite corrupta e a de dar crédito adicional às queixas da oposição ao expor a atual profundidade da corrupção.

Enquanto é possível que Putin e seus apoiadores quisessem inicialmente usar essa nova lei, de forma seletiva, contra membros da elite dominante que retiraram seu apoio, a pressão da oposição já forçou o regime a usá-la contra seus próprios aliados. O exemplo mais claro disso veio em 20 de fevereiro de 2013, quando Vladimir Pekhtin, presidente do comitê de ética da Duma, foi forçado a se exonerar depois que Alexei Navalni revelou em seu blog que Pekhtin devia mais de US\$ 2 milhões em imóveis na Flórida. Dois outros deputados do Rússia Unida e um senador renunciaram pouco tempo depois. Mais recentemente, em 8 de maio de 2013, o vice primeiro ministro Vladislav Surkov, considerado por muitos o autor da ideologia de “democracia administrada” de Putin, anunciou sua renúncia depois de criticar publicamente a comissão de investigação por uma investigação anticorrupção no Centro de Inovação Skolkovo, a resposta da administração Medvedev ao Vale do Silício.

As demissões e escândalos podem em breve revelar rachaduras dentro da própria máquina estatal. À medida que ativistas como Navalni conseguirem, de maneira independente, revelar casos de corrupção e expor seus autores, funcionários que por muito tempo se sentiam seguros em suas posições podem começar a acreditar que o sistema de Putin não pode mais protegê-los, nem seus ativos. Desafios similares começaram a afligir os preparativos para as Olimpíadas de Inverno de 2014 em Sochi. Ativistas russos estão, cada vez mais, vendo os Jogos Olímpicos como uma oportunidade de chamar a atenção internacional para as falhas do sistema russo, em particular a maneira corrupta pela qual contratos de construção foram distribuídos. De acordo até

mesmo com fontes afiliadas ao governo, ao menos US\$ 506 milhões dos US\$ 50 bilhões gastos nas construções para as Olimpíadas foram desviados por suborno e custos de *overhead* inflados. Essas alegações já levaram à demissão do vice-presidente do Comitê Olímpico da Rússia. Além da má gestão de contratos e fundos, a sociedade civil observa um conjunto mais amplo de preocupações relacionadas às Olimpíadas, incluindo violações de direitos trabalhistas, apreensões ilegais de propriedade, e danos ambientais. Ademais, membros da diáspora circassiana\*\* lançaram uma campanha contra os jogos, que serão realizados nos mesmos campos onde seus ancestrais foram massacrados em 1864, e apelaram repetidas vezes por reconhecimento do massacre e da deportação do povo circassiano pela Rússia czarista como um genocídio. Como a razão para sediar as Olimpíadas era mostrar uma Rússia moderna e dinâmica, essas alegações e contratempos podem ser muito prejudiciais para o governo.

Um ano após o início do terceiro mandato de Putin, está claro que o regime falhou em retomar a normalidade. Antes dos protestos de 2011-2012, o Kremlin podia contar com o apoio da elite e a apatia da população. Agora, porém, há demandas crescentes por transparência e *accountability*, e uma maior relutância em aceitar o *status quo*. Embora as medidas anticorrupção do Kremlin não consigam proporcionar *accountability* ou justiça, elas acabaram por expor algumas falhas no regime e fraquezas dentro do próprio sistema. Permanece uma incógnita se Putin será capaz de navegar nesses tempos turbulentos aprovando algumas leis populistas e demitindo simbolicamente vários funcionários corruptos. É igualmente incerto se a oposição e a sociedade civil serão capazes de resistir às tentativas do governo de intimidá-las, desacreditá-las e desarticulá-las. Se conseguirem sobreviver à campanha travada contra elas, certamente encontrarão oportunidades futuras para tirar proveito da conscientização política e do descontentamento

\*\* Nota dos editores: a Circássia é uma região da Rússia, no Cáucaso.

com a corrupção que se desenvolveram na população ao longo dos últimos três anos.

## NOTAS

1. Levada-Center. “Svyshe polovini strani schitaet er partiei julikov i vorov” [Mais da metade do país acha que o Rússia Unida é o “partido de ladrões e bandidos”], 29 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.levada.ru/29-04-2013/svyshe-poloviny-strany-schitaet-er-partiei-zhulikov-ivorov>.

2. Denis Volkov. *Protestnoe dvijenie v Rossii v kontse 2011-2012 gg.*: istoki, dinaminka, resul'tati [O movimento de contestação na Rússia, 2011-2012: Como começou, como se desenvolveu, e o que alcançou], 9 de maio de 2013. Disponível em: [http://www.levada.ru/sites/default/files/movementreport\\_0.pdf](http://www.levada.ru/sites/default/files/movementreport_0.pdf).

3. Hill, Fiona & Gaddy, Clifford C. *Mr. Putin: Operative in the Kremlin*. Washington, D.C.: Brookings Institution, 2013, p. 273.

4. “Russia: Time of Change”. Entrevista de rádio com Andrei Illarionov para a Finam.Fm, 23 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=TOY5NUHiiA4>.

5. Makutina, Maria. “Chastichno nekonstitutsiony” [Parcialmente inconstitucional]. *Gazeta.ru*, 14 de fevereiro de 2013. Disponível em: [http://www.gazeta.ru/politics/2013/02/14\\_a\\_4966769.shtml](http://www.gazeta.ru/politics/2013/02/14_a_4966769.shtml).

6. Vlasenko, Elena. “Banned in Russia”. *openDemocracy.net*, 15 de março de 2013. Disponível em: <http://www.opendemocracy.net/elena-vlasenko/banned-in-russia>.

7. Kramer, Andrew E. “Russians Selectively Blocking Internet”. *New York Times*, 31 de março de 2013; Keating, Joshua. “Russian Wikipedians Fight for the Right to Read About ‘Smoking Cannabis’”. *Foreign Policy*, 12 de abril de 2013. Disponível em: [http://ideas.foreignpolicy.com/posts/2013/04/12/russian\\_wikipedians\\_fight\\_for\\_right\\_to\\_read\\_about\\_smoking\\_cannabis](http://ideas.foreignpolicy.com/posts/2013/04/12/russian_wikipedians_fight_for_right_to_read_about_smoking_cannabis); para a citação, ver Milashina, Elena. “Russia Steps Up Crackdown on Rights Groups, Internet”. *CPJ Blog*, 26 de março de 2013. Disponível em: <http://www.cpj.org/blog/2013/03/russia-steps-up-crackdown-on-rights-groupsinterne.php>.

8. “Pervoe delo po novomu zakonu o klevete” [O primeiro caso na nova lei de difamação]. Entrevista de Mikhail Anshakov a Lika Kramer. *TV Rain*, 29 de março

de 2013. Disponível em: [http://tvrain.ru/articles/pervoe\\_delo\\_po\\_novomu\\_zakonu\\_o\\_klevete\\_million\\_shtrafa\\_za\\_negativnuju\\_otseku\\_v\\_utverditelnoj\\_forme-339913](http://tvrain.ru/articles/pervoe_delo_po_novomu_zakonu_o_klevete_million_shtrafa_za_negativnuju_otseku_v_utverditelnoj_forme-339913).

9. International Center for Not-for-Profit Law [ICNL]. “NGO Law Monitor: Russia—Legal Analysis”. 20 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.icnl.org/research/monitor/russia.html#analysis>.

10. Human Rights Watch [HRW]. “Laws of Attrition: Crackdown on Russia’s Civil Society after Putin’s Return to the Presidency”. 24 de abril de 2013, pp. 37-39. Disponível em: <http://www.hrw.org/reports/2013/04/24/laws-attrition>.

11. Whitmore, Brian. “The Peculiarities of the National Hunt (for Foreign Agents)”. *RFE/RL*, 16 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.rferl.org/content/russia-power-vertical-foreign-agentslaw/24840173.html>.

12. Tradução do autor; Zasedanie Kollegii Federalnoi Slujbi Bezopasnosti [Discurso de Putin na reunião de 14 de fevereiro com a liderança do FSB]. Disponível em: <http://www.kremlin.ru/transcripts/17516>.

13. “Russian Bird Support Group Branded ‘Foreign Agent’”. *Ria Novosti*, 9 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.en.rian.ru/russia/20130503/180967677.html>.

14. Anistia Internacional. *Freedom Under Threat: Clampdown on Freedoms of Expression, Assembly and Association in Russia*. Londres: Anistia Internacional, 2013, pp. 17-21. Disponível em: <http://www.amnesty.org/en/library/asset/EUR46/011/2013/en/d9fb0335-c588-4ff9-b719-5ee1e75e8ff5/eur-460112013en.pdf>.

15. Barry, Ellen. “Russia Charges Anticorruption Activist in Plan to Steal Timber”. *The New York Times*, 31 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/08/01/world/europe/aleksei-navalny-charged-with-embezzlement.html>.

16. “Leading Russian Human Rights NGOs Launch Challenge at European Court to ‘Foreign Agent’ Law”. *Middlesex University*, 6 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.mdx.ac.uk/aboutus/news-events/news/russia-foreign-agent-law.aspx>; Human Rights Center “Memorial”. “Jaloba v Strasburgskii sud na zakon ob ‘inostrannykh agentakh’” [Apelo ao Tribunal de Estrasburgo a respeito da lei de “agentes estrangeiros”], 9 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.memo.ru/d/146913.html>.

17. Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Resolução A/HRC/RES/22/6, adotada em 12 de abril de 2013.

18. Nagornykh, Irina; Goriashko, Sergei & Khamraev, Viktor. “Uchastniki seminara Vladimira Yakunina pereschitali dumskie vybory” [Participantes do workshop de Vladimir Yakunin recontam votos nas eleições da Duma], *Kommersant Daily*, 13 de março de 2013. Disponível em: <http://kommersant.ru/doc/2144835>; Whitmore, Brian. “Looking for a Scapegoat”. *The Power Vertical*, RFE/RL, 13 de março de 2013. Disponível em: <http://www.rferl.org/content/vote-early-vote-often/24927952.html>.

19. Levada-Center. “Rossiyane o sirotakh I zakone zapreshchayushchem ikh usynovlenie grajdanami ssha” [Russos sobre órfãos e a lei proibindo sua adoção por cidadãos norte-americanos], 18-21 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.levada.ru/30-01-2013/rossiyane-o-sirotakhi-zakone-zapreshchayushchem-ikh-usynovlenie-grazhdanami-ssha>.



*Plataforma Democrática* ([www.plataformademocratica.org](http://www.plataformademocratica.org)) é uma iniciativa da Fundação IFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, através da produção de conhecimento e do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo.

Oferece uma infraestrutura virtual com um banco de dados e uma biblioteca *on-line* que facilita o acesso a instituições de pesquisa que trabalham temas relacionados à democracia na América Latina e à sua produção intelectual. Por sua vez, desenvolve pesquisas em áreas-chave para a consolidação da democracia na região, que posteriormente são discutidas com intelectuais públicos latino-americanos e transformadas em textos amplamente difundidos. Conjuntamente com 21 centros de pesquisas associados, localizados em 11 países da América Latina, realiza fóruns para promover o diálogo entre os produtores de conhecimento e os diferentes atores sociais e políticos.

**As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:**

*Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:*

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

*Meios de comunicação e Democracia:*

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder\\_politico\\_e\\_meios.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf)

*Sociedade civil e democracia:*

[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos\\_abusos\\_e\\_desafios\\_da\\_sociedade\\_civil\\_na\\_America\\_Latina.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf)

*Biblioteca virtual:*

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>